



1 **ATA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às
4 14h15min, por videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 102ª
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a
6 seguinte pauta: 1. Conferência de quórum; 2. Aprovar a Ata da 101ª Reunião
7 Ordinária; 3. Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 169, de 14 de
8 setembro de 2023, que substitui os Anexos I e II, da Resolução CEHIDRO nº 156,
9 de 27 de outubro de 2022; • PARECER CTAP 01/2023. 4. Deliberar quanto ao
10 conteúdo do processo SEMA-PRO-2022/20646; • PARECER CTAS 02/2023; •
11 Minuta de Decreto. 5. Informes: • Este Conselho recebeu em 10/08/2023 notificação
12 referente ao Mandado de Segurança Cível nº 1017801-26.2023.8.11.0000,
13 determinando o retorno do conselheiro João Clímaco de Mendonça Filho às
14 funções, até o julgamento do mérito do Mandado de Segurança. A reunião foi
15 presidida pelo Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e,
16 assessorado pela Sra. Danielly Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Registrou a
17 presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Sergio Batista de Figueiredo,
18 representante da **SEMA**; Sr. Rafael Vinicius Rodrigues, representante da **SINFRA**;
19 Sr. Rogerio da Costa Arantes, representante da **SEAF**; Sra. Telma Luzia Monteiro,
20 representante da **SES**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz e Sr. Frederico Terra de Almeida,
21 representantes da **UFMT**; Sr. Francisco Lledo dos Santos e Sra. Solange Aparecida
22 Arrolho da Silva, representantes da **UNEMAT**; Sr. José Roberto Ribeiro,
23 representante da **ABAS**; Sr. Kaio César Dias Bueno e Sra. Bruna Moreira Dias
24 Moura, representantes da **AMM**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da
25 vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Aparecida Scatambuli Sicuto e Sra. Ethiane
26 Agnoletto, representantes da vaga 02 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Edna Soares
27 da Silva, representante da vaga 02 dos **CBH-RH Paraguai**; Sr. Adriano Voigt e Sr.
28 Alberto Tibola, representantes da vaga 02 dos **CBH-RH Tocantins-Araguaia**; Sr.
29 Eduardo Morgan Uliana, representante da **ABRHidro**; Sr. Walter Corrêa Carvalho
30 Junior, representante do **IESCBA**; Sra. Anny Iasmin Souza Dornelles,
31 representante da **FAMATO**; Sra. Kálita Cortiana Seidel, representante da **FIEMT**;





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

32 Sr. Roberto Juliano Serra, representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Desirée
33 Duarte da Silva, representante da **Águas Cuiabá S.A**; Sra. Brenda Samara Barros
34 Pereira e Sr. João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representantes do
35 **FONASC**; Sra. Selma Arruda Cordeiro, representante do **Instituto Ação Verde**;
36 Sra. Alessandra Panizi Souza, representante da **APROFIR**; e, Sr. Francisco Egídio
37 Cavalcante Pinho e Sra. Juliana Freitas de Araújo, representantes da **AGEMAT**. A
38 secretária adjunta de licenciamento ambiental e recursos hídricos, Sra. Lilian
39 Ferreira dos Santos, declara aberta a reunião e cumprimenta a todos. Diz que há
40 algum tempo não participa das reuniões do CEHIDRO, em razão de agendas
41 sobrepostas. Destaca que hoje não será diferente, que infelizmente terá que
42 participar de outra reunião logo mais e não poderá ficar na presente reunião até o
43 final. Após, passa a presidência da reunião ao Secretário Executivo, Sr. Luiz
44 Henrique Magalhães Noquelli. O Presidente passa a conferência do quórum. Após,
45 solicita a inclusão e inversão de pauta para tratar dos esclarecimentos sobre os
46 problemas enfrentados por técnicos e usuários do sistema Siga Hídrico. Esclarece
47 que solicita a inversão de pauta para tratar desse assunto no início da reunião em
48 razão da Sra. Erica Chaves Ribeiro e secretária Lilian Ferreira terem outra reunião
49 logo mais. Colocada em deliberação, restou aprovada a inclusão e inversão de
50 pauta. Na sequência, põe em deliberação a aprovação da ata da 101ª Reunião
51 Ordinária do CEHIDRO. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma
52 alteração. Após, passou-se ao item de inclusão de pauta, esclarecimentos sobre os
53 problemas enfrentados por técnicos e usuários do sistema Siga Hídrico. A Sra. Erica
54 Ribeiro, analista de meio ambiente, diz que está na presente reunião como porta
55 voz da coordenadoria de atendimento e também da superintendência de tecnologia
56 da informação, para apresentar aos presentes as implementações feitas nos últimos
57 meses no módulo de outorga da água do sistema Siga Hídrico. Diz que no ano de
58 2023, após a implementação do sistema, tivemos algumas melhorias no processo
59 de atendimento diante das reclamações em relação ao não atendimento junto a
60 CATE. Esclarece que dessas melhorias, separou-se as ferramentas de controle de
61 chamados. Então, quando o público externo ligava para a SEMA ora eram atendidos
62 pelos analistas da superintendência de tecnologia da informação e ora eram





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

63 atendidos pela CATE. Explica que o público interno, que se resume a própria
64 superintendência de recursos hídricos abrem chamados via “redmine” e o público
65 externo via ferramenta da DSS. Diz que isso viabilizou a quantificação dos
66 atendimentos internos e externos. Salienta que nesse período em que se separou
67 o atendimento, a CATE disponibilizou um comunicado, explicando que a ferramenta
68 para inserção de chamados do sistema era a ferramenta da DSS. Salienta que hoje
69 se conseguiu controlar melhor esses números de chamado. Destaca que
70 atualmente temos 25 chamados abertos para o público externo, que estão abertos
71 sem solução ainda ou estão em tratamento. Explica que anteriormente a
72 Coordenadoria de Atendimento – CATE era responsável por dar todo suporte a
73 ferramenta, mas agora a CATE passou a realizar apenas o registro na ferramenta.
74 Então, o usuário externo ao ligar para a SEMA é atendido pela CATE, a CATE faz
75 o registro e passa o número desse registro a contratada Memora. Diz que agora o
76 próximo passa é reduzir o número de dias desse atendimento. Aponta que foi
77 constatado que nesses seis primeiros meses do ano a gente teve um problema na
78 arrecadação, no serviço da SEFAZ, que ocasionou uma abertura de 100 chamados.
79 Então, a gente teve que tratar caso a caso. Explica que a ferramenta funciona da
80 seguinte forma: ao tentarem acessar o serviço da SEFAZ, a gente tem na
81 ferramenta o que a gente chama de “time now est” que é o tempo de resposta, e
82 esse tempo de resposta é dado pela STI/SEMA e a ferramenta fica o tempo todo
83 buscando uma resposta. Cita como exemplo: quando um usuário faz o pagamento
84 de um boleto a ferramenta fica lá na SEFAZ buscando a informação de confirmação
85 de pagamento do boleto. Se a resposta volta após o “time now est”, o processo
86 ficava parado. Então, tinha que ir lá manualmente e se fazer uma inserção e
87 encaminhar esse processo para a próxima etapa, porém, nós nos reunimos
88 internamente, pois não podíamos ficar dependendo só de um serviço da SEFAZ.
89 Então, a gente construiu uma mensageria e refactoramos a ferramenta. Salienta
90 que diante da melhoria implementada, se notou uma redução dos chamados
91 abertos. Diz que quando a gente conseguir colocar em produção essa mensageria,
92 que vai funcionar como se fosse uma fila de supermercado, a ferramenta ao tentar
93 acionar e não conseguir essa resposta ele vai ficar aguardando em uma das filas





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

94 para que ele retorne e ande mais rápido no processo. Acreditamos que essa
95 questão do boleto será solucionada ainda nesse mês de setembro. Destaca que a
96 solução foi construída e está sendo implementada. Destaca também o processo de
97 melhorias dentro da ferramenta. Explica que as melhorias são cadastradas dentro
98 de uma ferramenta chamada de “redmine” pela superintendência de recursos
99 hídricos, que cadastrou 51 melhorias. Diz que as melhorias foram desenvolvidas no
100 primeiro semestre do ano e agora temos mais 23 melhorias a serem executadas.
101 Diz que dessas 23 melhorias, 10 já estão desenvolvidas e serão implementadas até
102 o final do mês de setembro. E as demais melhorias serão implementadas até o mês
103 de dezembro. O Secretário Executivo informa que mesmo com essa problemática,
104 levando em consideração que o Siga Hídrico foi lançado no final de 2021, no ano
105 de 2022 tivemos 631 autorizações de perfuração de poço, dessas todas tornaram-
106 se outorga de água subterrânea, e 237 outorgas de águas superficiais. Salaria que
107 a questão da água subterrânea não tem por trás o sistema de tomada de decisão,
108 que é o sistema que nos auxilia a saber a disponibilidade versus demanda, que é
109 de primordial importância na outorga de água superficial. Diz que no ano de 2023,
110 mais precisamente até a primeira quinzena do mês de agosto, foram autorizados
111 665 processos de autorização de perfuração de poço, atreladas a esses, todas
112 tornaram-se outorga de água subterrânea. E 400 atos de outorga de água superficial
113 emitidos. Salaria que desde quando se lançou o sistema Siga Hídrico até agosto
114 de 2023, tivemos 3.239 processos analisados, este número se refere a processos
115 deferidos e indeferidos. Destaca que a SEMA segue em busca de melhorias do
116 sistema e agilidade na análise dos processos. A secretária Lilian Ferreira, diz que
117 diante do apresentado pelos analistas, realmente tivemos inicialmente um período
118 de muitas dificuldades em relação a implementação do sistema, que foram de
119 diversas ordens. Destaca que não busca procurar culpados, mas sabemos que
120 houveram falhas, dificuldades tanto da SEMA quanto da parte do interessado, que
121 teve muita dificuldade em entender como trabalhar com o sistema, em aprender
122 essa nova forma de lidar com sistemas digitais. No entanto, os números mostram
123 que o sistema está funcionando e hoje os problemas que temos são pontuais, em
124 alguns processos e a gente tem tratado deles separadamente. Diz que infelizmente





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

125 tratar esses processos cada vez que se abre um chamado não é simples para que
126 seja feito esse tratamento, pois temos que investigar o problema e aí então atuar
127 nele. Diz como está funcionando o fluxo das inconsistências/problemas enfrentados
128 pelos responsáveis técnicos. Aponta que, temos observado que em muitos casos
129 tem sido feita solicitações através da ouvidoria e isso tem feito com que demore
130 mais a chegar até nós esse problema, razão pela qual solicitamos que se use
131 sempre a ferramenta que nós disponibilizamos, através do setor de atendimento,
132 para que isso chegue mais rápido e possamos tratar desses casos com mais
133 rapidez. Diz que outro ponto é, sabemos que foi gerado um passivo de processos
134 que precisam ser analisados. Salienta que hoje o tempo de resposta não é aquele
135 que gostaríamos, aquele que tínhamos anteriormente, onde estávamos
136 conseguindo dar uma resposta dentro do prazo estipulado em lei, que são de 180
137 dias. Diz que então para se resolver esse problema, vamos precisar de novos
138 técnicos e nós estamos fazendo isso através de uma contratação temporária.
139 Destaca que já tivemos um parecer favorável da SUBPGMA, já tivemos um parecer
140 da CGE e vamos fazer esse seletivo para contratar novos técnicos para atender
141 essa demanda que está hoje ainda represada no setor de recursos hídricos. A
142 conselheira Alessandra Panizi pede a palavra. Solicita que esses dados informados
143 pelo Secretário Executivo sejam colocados em tela. Pergunta se a SEMA tem um
144 comparativo entre as análises antes da implementação do sistema Siga Hídrico e
145 após, para que possamos verificar o quanto avançamos. Diz que não está aqui
146 fazendo uma crítica e sim, gostaria de expor o que tem escutado fora do CEHIDRO.
147 Diz que ouviu esses números, os achou interessantes, mas ainda escuta muita
148 reclamação das dificuldades do sistema. Solicita que a conselheira Juliana Freitas
149 exponha as dificuldades técnicas enfrentadas. Destaca que esse é um momento
150 esclarecedor, porque ao mesmo tempo que a SEMA oportuniza para a sociedade
151 números, até a gente entender e levar isso a quem estamos representando de forma
152 direta ou indireta. Diz saber que essa reunião está sendo gravada, mas a gente
153 falando é muito mais importante até mesmo para repassar as informações. A
154 secretária Lillian Ferreira pede a palavra. Diz que como não vai conseguir ficar na
155 reunião durante muito tempo, gostaria, se possível, que a conselheira Juliana





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

156 Freitas coloque a maior parte das informações enquanto está presente, pois após a
157 fala da conselheira, precisará se ausentar. A conselheira Juliana Freitas diz que vai
158 iniciar levantando alguns pontos que foi anotando ao longo da fala da analista Erica,
159 pois são pontos que precisam de um retorno. Primeiro, o questionamento da
160 conselheira Alessandra Panizi, pois a gente precisa comparar o que tinha antes
161 saindo de outorga, pois acredita que tenha uma diferença anual a partir da
162 implementação do sistema, e tem os relatórios anuais que tem essas informações
163 de quanto de outorga de água superficial e subterrânea saem. Segundo
164 questionamento, é muito importante o CEHIDRO saber se essas implementações
165 que serão feitas no sistema, serão repassadas aos usuários que buscam esse
166 recurso do suporte Siga Hídrico um retorno de prazo de resolução, porque todos os
167 chamados ficam lá todos em aberto sem uma resolução e não são repassados
168 prazos. Salaria que precisa se estabelecer prazo de resposta, mesmo que essa
169 resposta seja negativa. Destaca que os chamados são feitos a partir de uma ligação
170 telefônica, que não é gravada, o que dificulta o usuário ter um registro e a certeza
171 do que foi colocado no chamado aberto. Diz ser importante a gravação da ligação
172 de abertura de chamados. Destaca que teve problemas com isso e foi uma situação
173 bem desagradável. Diz que se observou problemas recorrentes e gostaria de saber
174 se foram incluídos nas novas melhorias do sistema, tais como: processos que vão
175 para a revisão e se perdem no limbo, tornando difícil de serem encontrados;
176 problemas de boletos que persistem, não apenas para gerar boleto, mas também o
177 recebimento de boletos indevidos, quando temos a tramitação de resposta de
178 pendência ou de resposta de revisão, surgem novos boletos e os clientes caem em
179 cima da gente, pois são boletos com valores muito altos; as demais ferramentas de
180 tramitação, que toda vez que a gente vai tramitar um processo ele sempre corre o
181 risco de sumir; também sobre o tempo de reconhecimento da juntada, antigamente,
182 nos processos físicos a gente tinha uma etiqueta com data e hora, hoje a gente
183 protocola uma juntada e a gente não sabe quando ela vai ser reconhecida pelo
184 sistema. E recentemente, percebeu que as juntadas são reconhecidas pelo sistema
185 depois de mais ou menos 40 dias, o que é um absurdo, uma vez que isso entra na
186 fila de análise do analista de uma forma muito tardia. Pergunta se isso já foi





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

187 resolvido, porque não tem recebido o e-mail de confirmação com data e hora da
188 juntada, para poder ter como provar e cobrar que o processo entre na fila de análise
189 de modo correto, na ordem correta. Pergunta sobre as melhorias do Geoportal,
190 quanto a transparência das outorgas subterrâneas, pois tem recebido
191 questionamentos do tipo: quais são as portarias que tem nesse CAR, porque temos
192 que apresentar tudo que está dentro do CAR e aí nos deparamos com pendências
193 que outros técnicos estão fazendo, e não temos essas informações. Destaca que já
194 falou em reuniões anteriores, que temos que ficar pesquisando na IOMAT o que é
195 bem ruim, sendo que temos o Geoportal para colocar essas informações. A
196 secretária Lilian Ferreira informa que muito provavelmente a analista Érica não
197 consiga dar todas as respostas nesse momento. Diz que quanto aos dados sobre
198 os relatórios anuais antes e após a implementação do sistema Siga Hídrico, a SEMA
199 possui essas informações e irá levanta-las e repassa-las ao CEHIDRO. Destaca
200 que o sistema utilizado anteriormente, o SIMLAM, foi utilizado por mais ou menos
201 15 anos e no seu início também tiveram inúmeros problemas, até que foram
202 superados. A analista Érica Ribeiro diz que quanto aos questionamentos sobre a
203 abertura dos chamados através da CATE, seria necessário que tivesse alguém do
204 setor para responder. Acredita ser válido a solicitação de tempo de resposta a
205 abertura do chamado. Diz que essa atualização feita, foi justamente por este motivo,
206 pois entrava chamados via duas ferramentas. Então, a gente nunca conseguia
207 identificar chamado do público interno e do público externo. Agora que já
208 conseguimos realizar essa diferenciação, o próximo passo é levantar junto a CATE
209 qual é a média do prazo de resposta dos chamados. Diz que a CATE passou por
210 uma reestruturação. Explica que a CATE/SEMA é um setor com uma estrutura frágil
211 do ponto de vista de recursos humanos, é um setor com alta rotatividade de pessoal.
212 E esse não é um problema do público externo e sim da SEMA. No entanto, a nova
213 gestão da CATE está trabalhando em cima desse prazo de atendimento, para fazer
214 um acompanhamento junto a empresa contratada, desses prazos de resposta.
215 Explica que o que tem que acontecer é o seguinte: quanto o usuário ligar para se
216 fazer um registro, ela deve receber automaticamente um prazo médio de resposta
217 e temos que fazer com que esse prazo seja cumprido. Também deve haver reuniões





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

218 semanais da CATE com a contratada, que é quem vai fazer esses atendimentos,
219 para monitorar esse prazo. Diz que de nada adianta chegar e dizer que ficou um
220 chamado aberto por 10, 15, 20 dias. Destaca que temos que nos anteciparmos ao
221 problema. Diz que nesse primeiro momento, está ajudando a CATE nesse contato
222 com a contratada, e definindo essa metodologia. Diz que teve uma reunião com o
223 novo coordenador de atendimento, e ele é uma pessoa bem dinâmica que já
224 entendeu o problema existente e como devemos agir. Quanto a gravação dos
225 chamados, isso foi conversado. Existem hoje ferramentas que podem ser usadas,
226 para assegurar a resposta ao usuário, como também salvar a SEMA. No
227 entanto, isso demanda recurso. Então a SEMA tem que buscar uma ferramenta
228 para poder atender. Diz que a SEMA está em processo de adesão a ferramenta de
229 atendimento via whatsapp, mas para facilitar o registro desse atendimento, é
230 importante que esteja integrado a essa outra ferramenta. De modo que, não adianta
231 a gente adquirir uma ferramenta que não consiga integrar as demais. Explica como
232 será o atendimento via whatsapp. Salienta que agora depende da CATE elaborar
233 um plano de ação/melhorias e apresentá-lo para implementação. Diz que solicitará
234 a CATE que apresente esse plano de ação na próxima reunião do CEHIDRO.
235 Quanto aos processos no limbo, esclarece que o sistema hídrico é bem complexo.
236 Então, as vezes o processo sai da caixa de entrada de uma pessoa e entra na caixa
237 de entrada de outra pessoa, aí tem que saber quem é que tem que aprovar o
238 processo. E as vezes uma pessoa que está acompanhando o processo, não é a
239 mesma que vai assinar ou visualizar o processo. Então, precisamos entender
240 melhor o que está acontecendo. Destaca que a STI está fazendo um levantamento
241 dos problemas existentes, e inicialmente se verificou um número muito grande com
242 relação a Arrecadação, e partiu-se daí as melhorias do sistema. Agora, daremos
243 continuidade nas melhorias, com os olhos nos gargalos existentes. Diz que quanto
244 ao tempo de juntada, vai buscar maiores informações, pois não estava ciente desse
245 problema porque não viu nenhum chamado nesse sentido. A conselheira Juliana
246 Freitas diz que abriu um chamado nesse sentido. Expõe que os usuários têm
247 buscado a ouvidoria na tentativa de receber uma resposta do suporte quanto aos
248 chamados em aberto. Explica que tem encaminhado a mesma solicitação a





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

249 ouvidoria e ao suporte, mas na maioria das vezes a ouvidoria tem respondido
250 primeiro e direciona ao e-mail da TI e neste eu consigo um número de chamado.
251 Enquanto que o suporte demora duas, três semanas para me enviar o número de
252 chamado e encaminhar o meu problema. Destaca que quanto ao problema da
253 juntada, os usuários precisam de um retorno imediato. A secretária Lilia Ferreira diz
254 que considerando que a analista Érica também vai precisar sair da reunião, pois
255 tem que participar de outra agenda, que é justamente com a empresa do sistema,
256 e não temos como não fazer essa reunião. Solicita que a Érica faça o levantamento
257 dessas informações e encaminhe por e-mail ao CEHIDRO, porque até a próxima
258 reunião ordinária seria um prazo muito longo para responder. A conselheira Juliana
259 Freitas pergunta se pode reformular todas as perguntas e envia-las por e-mail e a
260 SEMA encaminha e-mail com todas as respostas. O Secretário Executivo solicita
261 que a conselheira Juliana Freitas encaminhe para a secretaria executiva do
262 CEHIDRO que a mesma fará o devido encaminhamento. Diz que quanto a
263 solicitação da exposição em tela dos dados apresentados verbalmente, não possui
264 os mesmos no formato digital, mas se compromete em enviá-los por e-mail aos
265 conselheiros. Diz que o setor providenciará o comparativo solicitado para envio por
266 e-mail também. Esclarece que a água subterrânea até então não tinha um sistema,
267 o que era feito dentro do SIMLAM era apenas o parecer técnico. Então, toda a
268 análise era feita em papel, e não tinha problema de acabar energia, do sistema não
269 rodar, e etc. Salaria que sendo assim, o setor vai buscar elaborar esse comparativo
270 demonstrando a realidade existente anteriormente e a atual. A conselheira Juliana
271 Freitas faz um apelo para que quando a SEMA for lançar outros sistemas, diante
272 desse aprendizado que a gente passou aqui agora, que a gente precisa de outras
273 estruturas, não só estrutura do sistema para o funcionamento do processo, mas de
274 outras estruturas como a de gravação de chamados, de acompanhamento de
275 chamados, de pessoal, entre outras questões. Que seja revisado tudo isso, antes
276 do lançamento de outro sistema. A secretária Lilian Ferreira garante que foi um
277 aprendizado muito grande a implementação do Siga Hídrico. E já estão sendo
278 tomados todos esses cuidados com relação ao Siga Licenciamento, que vai
279 englobar a SUIMIS. Diz que inclusive os responsáveis técnicos serão chamados





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

280 antes do lançamento para testar o novo sistema junto conosco. A conselheira
281 Alessandra Panizi solicita que a APROFIR seja convidada a participar dos testes do
282 novo sistema. A secretária Lilian Ferreira diz que quando chegar a hora, os convites
283 serão enviados para o máximo de setores possíveis, para que não haja mais esses
284 tipos de problemas que estamos tendo com o Siga Hídrico. Por fim, agradece a
285 oportunidade de poder expor as justificativas e responder as perguntas. Após, é
286 passada a palavra a conselheira Solange Arrolho. Que diz que esse é um tema que
287 a gente vem discutindo há um tempo. Parabeniza o levantamento de nós e gargalos
288 existentes no sistema Siga Hídrico. Diz que quer levantar uma questão, que o
289 Noquelli está no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como
290 outros presentes na reunião, e eu sendo vice presidente do CBH Baixo Teles Pires,
291 e na presente reunião não representa o CBH mas representa a UNEMAT. Diz que
292 tem tentado há algum tempo fazer trabalhos relacionados a outorga em diversas
293 áreas, tanto outorgas superficiais como subterrâneas, e como bem disse a Ethiane
294 a outorga é um instrumento existente há algum tempo no estado de Mato Grosso,
295 e é um instrumento de gestão. Como podemos fazer gestão se não temos
296 transparência clara e evidente nas bacias, os números de quem está tirando/usando
297 água, número de outorgas insignificantes. Salienta que as análises que têm feito,
298 no CBH e pela Universidade, são feitas a partir de alguns sistemas e retirar a força
299 as informações. Diz que essas informações de uso da água elas tem que ser muito
300 transparentes, tanto para quem vai solicitar quanto para quem vai precisar delas
301 para gerenciar. Diz que já ouviu “se quiser saber das outorgas, vai procurar no Diário
302 Oficial do Estado de Mato Grosso” e não acha isso correto. Destaca que os CBHs
303 do qual os usuários, a sociedade civil e o poder público fazem parte, devem por lei
304 participar do processo de gerenciamento dos recursos hídricos. Diz que tem ouvido
305 por várias vezes que a SEMA não tem técnicos, analistas suficientes para
306 desenvolver o trabalho. O estado de Mato Grosso prima em alguns casos pela
307 descentralização do serviço e aí acredita que se os CBHs em suas diversas áreas
308 de abrangência também participassem dos processos de outorga, de licenciamento
309 que usam recursos hídricos, não teriam tantos problemas assim, porque gente
310 capacitada nós temos. Gente que trabalha, que ajuda, que analisa, afinal de contas





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

311 temos analistas ambientais que estão como secretários nos CBHs. Destaca que
312 não quer procurar outorgas de uma região apenas no Diário Oficial, gostaria que
313 isso fosse muito mais transparente. Salaria que não está dizendo que é culpa de
314 alguém, apenas está dizendo que esses gargalos do sistema de gestão, que estão
315 sendo organizados, precisam necessariamente atingir o sistema de uma
316 profundidade maior. O Secretário Executivo diz que tem justificativa para vários
317 questionamentos, mas o principal é que o estado ainda não tem um sistema de
318 informação que aponte todas as outorgas de um determinado ponto/usuário. Hoje,
319 o que a SEMA possui são todos os atos emitidos de outorga publicados no site da
320 SEMA e no Diário Oficial. Ou seja, o que temos hoje são bancos de dados isolados
321 que não conversam entre si. Então, a gente precisa e acredita que quando o sistema
322 Siga Hídrico estiver redondinho, todos esses questionamentos sobre as
323 informações de todas as outorgas estarão disponíveis, talvez, da forma que
324 entendam necessário. Após, é passada a palavra ao conselheiro João Clímaco. Que
325 diz que sua fala foi muito contemplada pela fala da conselheira Solange Arrolho.
326 Salaria que a conselheira levantou uma questão que é muito recorrente também
327 no ambiente do FONASC. Diz que também gostaria de parabenizar, pois viu essa
328 questão do sistema ser levantada no ano passado pelo setor usuário, como um
329 grande desafio que a SEMA tinha que superar e significa que aos poucos essa
330 questão de gerenciamento ela está sendo otimizada. Diz que ter um
331 acompanhamento nas bacias das outorgas e outros dados, são de suma
332 importância. Pergunta quando, qual o prazo, para termos um sistema de informação
333 como o disponível no site da ANA. Aponta que as vezes o CBH pode se deparar
334 com um potencial conflito na bacia e o primeiro passo é verificar como está a
335 disponibilidade hídrica e o conjunto de usuários e suas dimensões. E quando esses
336 dados estão disponíveis e de fácil acesso, facilita o gerenciamento. O Secretário
337 Executivo diz que vê que a conselheira Solange quer uma informação que talvez
338 seja um pouco mais detalhada, mas se você entrar no site da SEMA
339 (www.sema.mt.gov.br) irá encontrar todos os atos de outorgas emitidos. Salaria
340 que essa informação é publicizada, o que não temos é um filtro, uma ferramenta de
341 busca que aponte as informações de uma outorga ou usuário específico. Diz não





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

342 saber se e nem quando a SEMA conseguirá disponibilizar um sistema nos moldes
343 do da ANA. Mas acredita que haverá melhorias no sistema Siga Hídrico, nesse
344 sentido, até o ano de 2024. Após, passou-se a palavra ao conselheiro Walter Junior.
345 Que diz que sua fala será no sentido de contribuir. Diz que vários colegas são
346 membros de CBHs e participaram do ENCOB, onde teve a oportunidade de falar
347 diretamente ao Sr. Gustavo Garcia, assessor especial de qualidade regulatória da
348 ANA, a respeito do sistema de informação. Diz que solicitou a ANA incentivo e
349 aprimoramento do sistema de informação, e que neste momento faz o mesmo
350 pedido a SEMA, pois como representante da sociedade civil, vê que as falas que o
351 antecederam foram coerentes. Salienta que ao invés da SEMA construir um novo
352 sistema, que é sempre traumático, uma vez que tudo que é novo é traumático, a
353 exemplo do Siga Hídrico, não seria melhor tentar transformar o Geoportal, que já
354 possui várias informações, em um sistema de informação. Cita que hoje se
355 consegue alguns dados das outorgas concedidas, mas com o sistema de
356 informação também poderia ter os lugares de cobrança, os lugares que tem
357 enquadramento de recursos hídricos, programas e projetos, entre outros. Se coloca
358 à disposição, através do IESCBAP, a fazer essas contribuições de maneira formal
359 e ter uma tratativa melhor, sentando com os pares ou da maneira que a SEMA achar
360 mais correta e coerente. O Secretário Executivo informa que a questão do
361 enquadramento já está sendo tratada para ser incluída no sistema Siga Hídrico,
362 para que a SEMA possa analisar os processos de diluição levando em consideração
363 os trechos enquadrados. Expõe que infelizmente a gente vê a morosidade do poder
364 público que é muito aquém da nossa ansiedade de que a coisa aconteça. Após,
365 passou-se a palavra a conselheira Juliana Freitas. Que pergunta se a juntada dos
366 boletins de monitoramento, que hoje são feitas em via física, estão dentro das
367 atualizações que serão implementadas no sistema Siga Hídrico e qual o prazo para
368 essa implementação. O Secretário Executivo informa que atualmente as juntadas
369 ainda estão sendo feitas em via física. Garante que o enquadramento está sendo
370 trabalhado como uma das implementações do sistema, agora quanto ao
371 monitoramento não pode garantir. Propõe que a conselheira inclua esse
372 questionamento no e-mail a ser enviado para resposta posterior da SEMA. Após,





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

373 passou-se a fala a conselheira Selma Arruda. Que diz que gostaria de aproveitar a
374 fala da conselheira Solange Arrolho quanto as outorgas. Pergunta se não existe a
375 possibilidade de inserir um grau de detalhamento melhor dos dados que estão
376 inseridos no Geoportal, conforme o da ANA. Salienta que as vezes a gente precisa
377 de alguma descrição e aí a gente tem que estar solicitando via e-mail a SEMA. O
378 Secretário Executivo diz que nesse momento a prioridade é o Siga Hídrico, e
379 enquanto ele não estiver 100% não conseguiremos envidar esforços para a
380 melhoria de outro sistema. Destaca que a SEMA sabe da importância em se realizar
381 essas melhorias, o que provavelmente será estudado em um futuro próximo, mas
382 por enquanto a prioridade é o Siga Hídrico. Na sequência, passou-se ao próximo
383 item da pauta, a deliberação quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 169, de
384 14 de setembro de 2023, que substitui os Anexos I e II, da Resolução CEHIDRO nº
385 156, de 27 de outubro de 2022. A conselheira Juliana Freitas, presidente da
386 Câmara Técnica de Acompanhamento de Plano de Recursos Hídricos e
387 Enquadramento dos Corpos D'água em Classes – CTAP, faz a leitura do PARECER
388 CTAP 01/2023. Após, o Secretário Executivo expõe que a SEMA constatou a
389 necessidade em fazer essas alterações/adequações em razão de erros, que
390 infelizmente podem acontecer, já que somos todos humanos, mas o importante é
391 corrigi-los. O conselheiro João Clímaco pergunta se essa alteração no trecho 62 do
392 Queima Pé, será consolidada no CNRH como as do Rio Santana. O Secretário
393 Executivo responde que não. Explica que na realidade o estado de Mato Grosso
394 não tem jurisdição sob esse trecho do Rio Santana, sendo assim não podemos
395 enquadrá-lo. Se trata de um trecho de competência da ANA. Salienta que rios não
396 enquadrados automaticamente são classe 2, conforme Resolução CONAMA
397 357/2005. O conselheiro João Clímaco diz que para o FONASC a questão do
398 enquadramento é uma das coisas mais importantes, e ele não é disseminado da
399 forma como gostaríamos. Explica que quando se enquadra o rio na classe 1, você
400 está otimizando uma classe progressiva, para a melhoria do rio a determinado prazo
401 estabelecido. Pergunta se esse trecho equivocadamente enquadrado foi baseado
402 em um parecer técnico ou em modelagem matemática. O Secretário Executivo
403 expõe que sendo os trechos 201 e 202 do Rio Santana de domínio federal, não





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

404 entrará nessa seara. Quanto ao Rio Queima Pé detectou-se por meio de
405 modelagem matemática a classe 4, porém por meio de análises, em função dos
406 usos da bacia, verificou-se que atualmente esse trecho, na verdade, se enquadra
407 na classe 3. O conselheiro Eduardo Morgan diz que tem uma dúvida com relação
408 ao Queima Pé. Diz que entendeu essa questão da modelagem matemática, mas a
409 forma como estão descritos os trechos, por meio de coordenadas geográficas
410 dificulta o entendimento dos conselheiros acerca dos pontos e usos do trecho.
411 Pergunta se não tem algum documento, com identificação por meio de mapas, que
412 facilite essa compreensão. O Secretário Executivo diz que no processo SEMA-DIC-
413 2023/27576, enviado aos conselheiros, constam imagem dos trechos. O
414 conselheiro Eduardo Morgan diz que examinou esse documento, mas as imagens
415 estão fora de foco. Pergunta qual é o uso mais exigente em cada trecho, pois foi
416 comentada a questão do abastecimento público. E o enquadramento na classe 3
417 para o abastecimento público, teríamos que considerar o tratamento avançado.
418 Pergunta se teve outorga para abastecimento nesse trecho. O Secretário Executivo
419 diz acreditar que no trecho tem dois usos, que é o abastecimento público e, como
420 temos indústrias, a diluição de efluentes. Sendo assim, até a captação é classe
421 especial ou classe 1, o que teria que verificar porque não sabe de cabeça. E após
422 a captação, se tornaria classe 3 em função do uso prioritário naquele trecho do rio.
423 O conselheiro Sergio Batista explica que o córrego Queima Pé já é um córrego
424 monitorado pela SEMA há algum tempo, e temos algumas informações de série
425 histórica, não só do seu uso e ocupação, mas também da qualidade. E foram esses
426 resultados da qualidade que foram observadas e confrontadas com o resultado da
427 modelagem matemática feita na região. Aponta que o problema da modelagem
428 matemática é que quando você começa a compilar os dados e você extrapola para
429 as bacias de menor porte, você começa a ter esses problemas, porque elas
430 subestimam ou superestimam alguma coisa. Então, por isso que nós fizemos esse
431 confronto, principalmente nesse trecho, pois é um trecho com histórico de
432 comprometimento por questão de poluição hídrica, para verificar se realmente
433 chegava a níveis como apontado pelo enquadramento. Mas ficou comprovado que
434 na verdade não chegava aos níveis propostos. Então, não há necessidade de ficar





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

435 na classe 4, permitindo uma classe menos restritiva que a classe 4, devido ao seu
436 histórico além do seu uso futuro que a política de enquadramento prevê. O
437 conselheiro Eduardo Morgan diz que com relação aos mapas de enquadramento,
438 gostaria que fossem incluídos na resolução para facilitar a compreensão da região,
439 com melhor detalhamento da classe por trecho. O Secretário Executivo explica que
440 tudo que é aprovado pelo CEHIDRO temos que publicar no Diário Oficial, e este
441 não permite a publicação de imagem. De modo que, para publicação se deve seguir
442 o modelo apresentado. Mas se compromete em solicitar ao setor de Coordenadoria
443 de Ordenamento Hídrico – COH que encaminhe ao CEHIDRO esses mapas com
444 melhor visualização, para serem compartilhados com os conselheiros. O
445 conselheiro João Clímaco pergunta se nesses rearranjos que se faz, mantém-se
446 aquele conceito anterior de meta progressiva. O Secretário Executivo diz que tem
447 rios que por mais que a gente queira, o volume, a vazão, intermitência, a gente não
448 consegue melhorar de classe 3. Os rios da baixada Cuiabana mesmo a gente só
449 pode usar a outorga temporal. Diz que o estudo já trouxe para nós a possibilidade
450 de metas progressivas ou manter a classe. O conselheiro Sergio Batista explica que
451 nem todo trecho do rio permite meta progressiva. Tem que ser avaliado todos os
452 usos que tem nessa bacia, se esses usos através de uma regulação, se consegue
453 estabelecer um sistema de metas progressivas. Isso depende de condições
454 naturais, condições climáticas e questões relacionadas a vazão, você não consegue
455 estabelecer esse sistema de metas progressivas. A conselheira Juliana Freitas diz
456 que gostaria de deixar registrado que está torcendo para que o estudo
457 hidrogeológico saia, para que a gente tenha também o enquadramento das águas
458 subterrâneas, para que isso possa também ser discutido na Câmara Técnica. O
459 Secretário Executivo diz que isso é a vontade de todos. Após, coloca em votação a
460 aprovação ou não da minuta de Resolução CEHIDRO nº 169, de 14 de setembro
461 de 2023, que substitui os Anexos I e II, da Resolução CEHIDRO nº 156, de 27 de
462 outubro de 2022. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração.
463 Na sequência, passou-se a deliberação quanto ao conteúdo do processo SEMA-
464 PRO-2022/20646, que se trata da revisão do Decreto 784, de 18 de janeiro de 2021.
465 O Secretário Executivo expõe que esse processo foi protocolado inicialmente em





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

466 setembro de 2021, sendo encaminhado ao CEHIDRO em dezembro de 2022, e
467 desde então vem sendo discutido na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas -
468 CTAS. Destaca que a CTAS reuniu técnicos de várias áreas para poder discutir e
469 elaborar a minuta que se apresenta. Salieta que não se trata de uma resolução e
470 sim de uma minuta de Decreto que está sendo proposta ao Governo de Estado,
471 então caso a proposta seja aprovada pela plenária, a minuta será encaminhada a
472 SEMA para os tramites administrativos cabíveis. A conselheira Juliana Freitas,
473 presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, faz a leitura do
474 PARECER CTAS 02/2023. A conselheira Alessandra Panizi explica que a proposta
475 é revogar o Decreto 784/2021 e publicação de novo Decreto. O Secretário Executivo
476 expõe que um dos pontos que levaram a necessidade de alteração é a questão do
477 valor da multa para o poço sem outorga, que foi alterada nessa minuta. O
478 conselheiro João Clímaco diz não saber se o Decreto tem os “considerandos”, e se
479 tiver gostaria que constasse a Resolução CNRH nº 92/2008 bem como legislação a
480 respeito da delimitação de áreas de preservação para aquíferos. O Secretário
481 Executivo explica que não se trata de uma minuta de resolução do CEHIDRO e sim
482 de uma minuta de Decreto Estadual, que caso finalizada por este Conselho será
483 enviada para análise da SUBPGMA e depois a Casa Civil. Destaca que o estado de
484 Mato Grosso tem a Lei 9.612/2011, que dispõe sobre a administração e
485 conservação das águas subterrâneas de domínio do estado. A conselheira Juliana
486 Freitas diz que para a SEMA conseguir aplicar alguma sanção em cima dessas
487 infrações relacionadas ao uso indevido das águas subterrâneas em áreas
488 protegidas, é necessário o estudo hidrogeológico também, pois isso resvala na
489 necessidade de conhecermos melhor nossos aquíferos. A conselheira Alessandra
490 Panizi expõe que o conteúdo dessa minuta de Decreto, é super importante. Então,
491 um referendo do CEHIDRO é de suma importância. Sendo assim, solicita que os
492 conselheiros votem conscientes e tendo a certeza de que foi um trabalho árduo,
493 mas que está sujeita a erros também. Diz que a CTAS buscou enxugar o Decreto,
494 tratando apenas das condutas porque o procedimento está no Decreto Federal
495 6.514/2008 e também no Decreto Estadual 1.436/2022. Após, o Secretário
496 Executivo coloca em votação o referendo da plenária quanto a minuta de Decreto





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

497 apresentada pela CTAS. Que restou aprovada, por maioria, sem nenhuma
498 alteração. O conselheiro José Roberto pede a palavra. Faz um desabafo quanto aos
499 problemas e prejuízos das empresas perfuradoras de poços diante dos problemas
500 do sistema Siga Hídrico. Diz que acompanha a sistemática de outorga dos outros
501 estados e percebe que o roteiro de Mato Grosso é muito complexo, com relação a
502 esses outros estados, que tem simplificado muito esse processo de autorização e
503 outorga de água subterrânea. Propõe que a Superintendência de Recursos Hídricos
504 analise esses procedimentos e verifique se não há uma forma de simplificar. O
505 Secretário Executivo diz que há várias reuniões o conselheiro levanta essa
506 discussão e todas as vezes é solicitado que o conselheiro, como representante da
507 ABAS, convide pessoas desses outros estados para que a gente discuta esses
508 procedimentos dentro do CEHIDRO. A conselheira Juliana Freitas propõe que o
509 conselheiro José Roberto acione as entidades que representam os geólogos no
510 CREA, para traze-los para uma discussão acerca desse assunto no CEHIDRO. O
511 conselheiro João Clímaco parabeniza a condução dos trabalhos da presidente da
512 CTAS. Aponta que participou da elaboração do enquadramento do Rio Doce em
513 Minas Gerais, onde ocorreram fatos que despertaram o interesse do FONASC pela
514 modelagem matemática e empresas que fazem esse trabalho. Assinala que vieram
515 informações de dois rios totalmente destoantes da realidade apresentada, o que
516 gerou uma discussão muito grande, sendo necessário que o FONASC promovesse
517 uma ação judicial. Destaca que a função do FONASC é essa de avaliar e defender
518 os interesses da sociedade. Diz que erros acontecem, porém há erros que geram
519 ganhos e prejuízos a alguém. O Secretário Executivo expõe que o Plano de Bacia
520 da P2/P3 foi o primeiro no estado de Mato Grosso. Foi feito em parceria com a
521 UFMT e aprendemos juntos. Então, a gente pode cometer erros sim, mas viemos
522 aqui e corrigimos. O conselheiro Walter Junior diz que entende ser um momento
523 oportuno para dizer que é um tema que vem trabalhando há alguns anos, assim que
524 terminou seu mestrado o tema enquadramento virou uma das pautas que trabalha
525 bastante. Diz que considera, assim como vários pesquisadores a nível nacional e
526 internacional, que o enquadramento é uma das principais ferramentas da gestão de
527 recursos hídricos. Salienta que quando você enquadra um corpo hídrico, você está





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

528 definindo as atividades econômicas nesse trecho do corpo hídrico. Então, o
529 enquadramento mexe com a economia regional e isso toma uma tremenda
530 importância, devendo ser levada muito a sério. Diz concordar plenamente com o
531 conselheiro João Clímaco, quanto a participação da sociedade. Diz que o Plano de
532 Bacia da P2/P3 foi o primeiro, então está sujeito a erros mesmo. Destaca que faz
533 parte do CBH Cuiabá ME, que está em processo de elaboração do Plano de Bacia
534 da UPG P4, e garante que esse plano será o melhor plano do estado de Mato
535 Grosso. Diz que a equipe está levando o máximo de informação ao máximo de
536 pessoas possível, e é esse comprometimento que todos os demais planos devem
537 ser levados. Convida o conselheiro João Clímaco a fazer parte das Câmaras
538 Técnicas, para entrar nessas discussões, para que tenhamos uma melhoria nos
539 próximos planos e enquadramentos. O Secretário Executivo diz que é por isso que
540 quando a gente vai realizar o enquadramento temos que observar os usos da bacia,
541 o que foi feito pela UFMT quando da elaboração do Plano de Bacia da UPG P2/P3
542 e está sendo feito na elaboração do Plano de Bacia da UPG P4. O conselheiro João
543 Clímaco propõe que a SEMA quando do encaminhamento dos enquadramentos
544 futuros, que passem pelos CBHs pois eles estão dentro da realidade da bacia e
545 precisam incorporar essa discussão porque é um instrumento de suma importância.
546 O Secretário Executivo expõe que a UFMT ficou responsável pela divulgação na
547 sociedade local, mas a SEMA também fez contato com as prefeituras e pares.
548 Destaca que foram feitas audiências públicas presenciais, híbridas e online durante
549 a pandemia. Salienta que na medida do possível tudo foi feito para que a sociedade
550 pudesse participar, mas infelizmente tivemos a participação de poucos
551 interessados. Esclarece que o Plano de Bacia da UPG P4 está sendo efetivamente
552 acompanhado pelo CBH Cuiabá-ME. Na sequência, passou-se ao último item da
553 pauta, os informes. O Secretário Executivo informa que este Conselho recebeu em
554 10/08/2023 notificação referente ao Mandado de Segurança Cível nº 1017801-
555 26.2023.8.11.0000, determinando o retorno do conselheiro João Clímaco de
556 Mendonça Filho às funções, até o julgamento do mérito do Mandado de Segurança.
557 Diante disso, a Secretaria Executiva do Conselho tomou as providências
558 necessárias quanto ao cumprimento da notificação, encaminhando o Ofício nº





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

559 04786/2023/CEHIDRO/SEMA ao FONASC. O conselheiro João Clímaco diz que o
560 assunto foi tratado com seriedade, assim como trata outros assuntos do Conselho.
561 Acredita que houve uma banalização do papel do conselheiro, e também a
562 banalização por parte de alguns conselheiros do trabalho do FONASC, não só neste
563 Conselho, mas também em vários outros Conselhos, inclusive no CNRH. Diz que a
564 função do FONASC é monitorar, fiscalizar, avaliar e representar a sociedade civil.
565 Diz que algumas avaliações levaram o FONASC a ter uma posição clara em relação
566 a algumas condutas do Conselho, porém o FONASC entende que está dentro da
567 legalidade quando crítica um órgão público. Diz que qualquer cidadão pode criticar
568 o órgão público, acontece que alguns conselheiros não tinham, talvez, a noção do
569 que significa esse trabalho, esse papel, e até seu próprio papel. E levaram a coisa
570 de uma forma extremamente banal e irresponsável. Diz que o FONASC não pode
571 deixar a coisa ficar assim, porque se a coisa ficasse assim estaríamos dando um
572 péssimo exemplo para outras representações da sociedade civil do restante do
573 Brasil. E também não podemos conviver com práticas de banalização e
574 criminalização de pessoas que estão agindo de maneira séria dentro de uma política
575 de recursos hídricos. Diz que a gente entende que as pessoas têm seus interesses,
576 seus cargos, além do mais quando é representante de sociedade civil falsa que
577 existe em vários Comitês, que assumem na verdade interesse de outros segmentos
578 e até interesses pessoais. Diz que só está falando isso para deixar claro que, temos
579 que ter o cuidado de não ficar banalizando o papel de cada um dentro do Conselho.
580 Diz que não vai aceitar a conduta de uma pessoa que chega na plenária sem uma
581 base legal e processual e diz “olha vamos tirar ele por causa dessa conclusão”, que
582 não estava conclusa ainda todo o processo. Solicita aos conselheiros, que até hoje
583 não foram vítimas de nenhuma atitude desrespeitosa de sua parte, que saiba
584 diferenciar o seu papel político do papel social. Diz que pessoalmente não tem nada
585 contra ninguém, mas se for o caso vai até o STF para não deixar que esse tipo de
586 prática se vulgarize e se avacalhe o papel da sociedade civil séria que desempenha
587 em todos os comitês que participa. Agradece a todos que entraram em contato os
588 apoiando e se manifestando contrário a esse tipo de prática. Diz que hoje a
589 sociedade civil está muito fraca na gestão de recursos hídricos, o setor público que





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

590 está hegemônico, mas isso não quer dizer que nós não vamos nos afugentar do
591 princípio da legalidade e banalizando simplesmente porque não gosto de uma
592 pessoa, até por motivos psicológico, psiquiátrico ou outra coisa qualquer. Defende
593 que não houve fundamento processual e jurídico para isso, e espera que não tenha
594 mais que fazer isso de entrar na justiça, porque a gente vai continuar fiscalizando,
595 criticando, e enquanto a gente achar que está errado, vamos continuar fazendo esse
596 trabalho. O Secretário Executivo diz que a Secretaria Executiva do CEHIDRO prima
597 pela legalidade e seguiu na íntegra o que determinou a justiça de reintegrá-lo às
598 funções, até o julgamento do mérito do Mandado de Segurança. O conselheiro
599 Sergio Batista diz que foi presidente da Comissão de Ética do CEHIDRO, e já foi
600 participante da Comissão de Ética da SEMA, que é subordinada ao Conselho de
601 Ética Pública. Diz que na verdade o que está em vigor é o Mandado de Segurança
602 até que se julgue o mérito. Esclarece que o recurso do conselheiro subiu para o
603 Conselho de Ética Pública, que vai emitir parecer, e o Mandado de Segurança está
604 na PGE. Então, não devemos tomar conclusões nem afirmações sobre seriedade
605 do trabalho, antes que se julgue a questão do processo. Diz que não vai julgar a
606 seriedade do conselheiro João Clímaco, mas solicita que não julgue nenhum
607 membro da Comissão, porque trabalhamos seriamente usando a lei, a resolução e
608 regimento interno do CEHIDRO. Por fim, nada mais havendo a declarar o Secretário
609 Executivo encerra a reunião às 16h19min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei está
610 ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho
611 Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

612

613

614 **Mauren Lazzaretti**
615 Presidente do CEHIDRO

Luiz Henrique Magalhães Noquelli
Secretário Executivo do CEHIDRO

